



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

PARECER N° , DE 2021

SF/21805.13004-20
|||||

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 3.517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402/2008, PL nº 7.081/2010), que *dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame deste Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 3.517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD ao Projeto de Lei do Senado – PLS nº 402, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata), que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Na versão final aprovada pelo Senado Federal e enviada à Câmara dos Deputados para revisão, quando foi inicialmente protocolado como PL nº 7.081, de 2010, o PLS nº 402, de 2008, obrigava o poder público a manter programa de diagnóstico e tratamento a educandos com dislexia e com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

Outras determinações do PLS incluíam: a) no art. 2º, que o diagnóstico e o tratamento desses transtornos seriam feitos por equipe multidisciplinar; b) no art. 3º, que as escolas de educação básica deveriam



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

oferecer material didático adequado aos educandos diagnosticados com dislexia e TDAH; c) no art. 4º, que os sistemas de ensino deveriam propiciar aos professores da educação básica treinamento sobre diagnóstico e tratamento de dislexia e TDAH.

O art. 5º do projeto estipulava que a lei dele decorrente entraria em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

A proposição aprovada na Câmara dos Deputados, nos termos da emenda substitutiva em epígrafe, incorporou inovações ao texto original do PLS.

Exemplar a esse respeito foi a ampliação do público-alvo das ações e serviços a serem prestados, uma vez que os cuidados previstos no projeto passaram a contemplar pessoas com qualquer tipo de transtorno relacionado à aprendizagem.

Na mesma linha, outras modificações agregadas pelo SCD ao texto original incluem, sempre voltadas a assegurar o atendimento tempestivo e a complementaridade pelo sistema de saúde:

- a) a ênfase na identificação precoce dos transtornos de aprendizagem questão;
- b) a proteção ao educando com transtorno de aprendizagem pelas escolas e serviços de saúde;
- c) a garantia de acompanhamento precoce aos alunos diagnosticados com transtorno de aprendizagem, por educadores e profissionais como os da área de saúde e de assistência social;
- d) o encaminhamento do educando para serviço de saúde nos casos de necessidade de intervenção terapêutica; e



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

e) a difusão de informações e do conhecimento sobre transtornos de aprendizagem aos professores.

O início da vigência do projeto também foi alterado em relação ao determinado no PLS, para que nova a lei passe a vigorar na data de sua publicação.

Com o retorno ao Senado Federal, a matéria foi distribuída à análise das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), tendo obtido parecer favorável em todas elas, sem alterações.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O exame do Projeto de Lei nº 3.517, de 2019 (SCD ao PLS 402/2008), a que ora se procede neste Plenário, observa o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

No que tange ao mérito, é sabido, com esteio na literatura especializada, que esses transtornos decorrem de alterações do desenvolvimento neurológico, que se manifestam, em geral, nas crianças em idade escolar. Por conseguinte, à falta de serviços de diagnose, não são poucos os casos que passam desapercebidos na escola, sujeitando a criança a constrangimentos e julgamentos.

Em consequência, o diagnóstico intempestivo, feito muitas vezes apenas na idade adulta, dificulta o enfrentamento completo e adequado dos fatores que afetam o mau desempenho escolar. Isso evita, por exemplo, que tenhamos como estimar a parcela de resultados indesejáveis de nosso alunado da educação básica, em termos de desempenho acadêmico, passível de melhoria com a atenção adequada a esses transtornos de aprendizagem.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Do ponto de vista da incidência na população, estimativas produzidas pela Associação Americana de Psiquiatria indicam que entre 5% e 15% das crianças em idade escolar têm dificuldades de aprendizagem. Esses números, sozinhos, são ilustrativos acerca da dimensão dos problemas que podem ser gerados por uma posição de indiferença do poder público em face desses transtornos.

Com efeito, se não forem diagnosticados e tratados tempestivamente eles podem ter consequências que se avolumam e, ao cabo, além de provocar fraco desempenho escolar limitado, quando não a evasão e o abandono, prejudicam a qualidade de vida desses educandos como um todo, geram depressão desde cedo e culminam com a impossibilidade de acesso ao mundo do trabalho.

Dessa maneira, como tem defendido a Senadora Mara Gabrilli, a quem recorremos mais uma vez, como o fizemos em nossa relatoria junto à CE, o ponto de partida para intervir de forma eficaz nessa realidade é o reconhecimento institucional desses transtornos, o que passa pela aprovação de um projeto como o que se examina. Sem tal reconhecimento, é pouco crível que as dificuldades de aprendizagem das pessoas desses segmentos deixem de ser naturalizadas e atribuídas a causas de outra ordem.

Não que outras razões inexistam. Todavia, a questão central é entender que quando presentes na vida do educando, ainda que em manifestações moderadas, esses transtornos já causam dificuldades de aprendizagem. Ocorre que, quando se associam a outros problemas de ordem pessoal e familiar que os encobrem, eles passam a ter impacto ainda mais significativo na aprendizagem.

Por isso mesmo, o projeto, ainda que apresentado há mais de uma década, remanesce oportuno e teve seu mérito enriquecido com as inovações agregadas pela Câmara dos Deputados à proposição original.

A esse respeito, mostra-se particularmente positiva a mudança atinente à ampliação do escopo do projeto em termos de público-alvo, com o que o SCD passou a garantir a atenção especial das ações do poder público,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

nos termos da proposição, a qualquer escolar com transtorno de aprendizagem.

A nosso sentir, essa mudança é pertinente e promissora, pois, se aprovada na forma do PLS, a lei não se aplicaria às crianças com transtornos de aprendizagem que ali não estivessem expressamente previstos, como a disgrafia ou a discalculia. De igual modo, ainda que recebesse interpretação extensiva favorável para cobrir tais transtornos, restaria muito operoso imprimir efetividade ao atendimento em tais moldes.

Outro grande avanço do SCD reside no fato de a lei mostrar-se aberta para compreender transtornos de aprendizagem que porventura venham a ser reconhecidos pela ciência no futuro. No contexto de mudanças ambientais intensivas e de instabilidade que vivenciamos – muito propício a acentuar ou potencializar o surgimento desses transtornos, dada a sua base neurobiológica –, essa abertura da lei se mostra especialmente relevante.

Feitos esses apontamentos, e não havendo nada a ressalvar no tocante à análise do projeto quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, cumpre-nos tão somente renovar o nosso posicionamento quanto ao mérito do PL 3.517, de 2019.

A propósito, além das manifestações mais recentes nesta Casa, que só reforçam o mérito e a atualidade da matéria, não é demais lembrar que o projeto sob exame foi objeto de acurada e demorada análise do Congresso Nacional no período de 2008 a 2019, como bem lembrou o relatório apresentado na CE.

É incompreensível, e igualmente inaceitável, que um país que se deseja inclusivo, como o Brasil, não tenha uma política de Estado que materialize a atenção proposta pelo projeto no cotidiano de nossas escolas.

Essa negligência tem muitas consequências, que afetam não apenas os alunos individualmente, mas também os próprios resultados educacionais e econômico do País.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Por tudo isso, não se vislumbra do Plenário do Senado Federal, nesta apreciação, outra atitude que não seja a de ratificar todo o percurso da proposição no Congresso Nacional e as sucessivas contribuições incorporadas à matéria, em todos os aspectos.

III – VOTO

Em vista do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008).

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator